

# Resenhas



ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. 182 p. (Coleção “Revoluções do Século 20”).

Giovani José da Silva\*  
giovanijsilva@hotmail.com

Por conta de recentes acontecimentos políticos e econômicos, a Bolívia tem sido alvo de inúmeros comentários na imprensa falada e escrita, tanto no Brasil como nas Américas e no mundo. Entretanto, a trajetória histórica e sociocultural daquele país, um dos maiores produtores de gás natural e de estanho do mundo, é praticamente desconhecida por muitos. No Brasil, um dos poucos livros que se encontram a respeito da temática é de autoria de Herbert S. Klein, historiador estadunidense especializado em história econômica e social da América Latina e dos Estados Unidos. A obra em questão, traduzida em 1991, refere-se apenas ao período que vai da fase pré-incaica à independência, ocorrida no início do século XIX. Há, ainda, obras do jornalista brasileiro Júlio José Chiavenato, publicadas em 1980 e 1981, que pecam pela imprecisão dos fatos e pelos excessivos arroubos antiimperialistas. A respeito da história da Bolívia no século XX, poucos historiadores brasileiros, até o momento, haviam se debruçado, apresentando, a um público mais amplo, resultados de pesquisas que ultrapassassem os muros acadêmicos. Preenchendo essa lacuna foi lançado, em 2007, um livro que procura elucidar parte importante da história recente dos bolivianos.

Escrito por um dos maiores especialistas brasileiros em História da Bolívia, *A revolução boliviana*, de autoria de Everaldo de Oliveira Andrade, foi lançado, em primeira edição, pela Editora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). A obra é integrante da Coleção “Revoluções do Século 20”, dirigida pela historiadora Emília Viotti da Costa, brasileira, que foi durante 26 anos professora de História da América

---

\* Docente no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus de Três Lagoas.

Latina, em Yale, nos EUA. Fazem parte da mesma coleção os seguintes títulos: *A revolução alemã [1918-1923]* (Isabel Loureiro), *A revolução chinesa* (organizado por Wladimir Pomar), *A revolução cubana* (Luís Fernando Ayerbe), *A revolução guatemalteca* (Greg Grandin), *As revoluções russas e o socialismo soviético* (organizado por Daniel Aarão Reis Filho), *A revolução nicaragüense* (Matilde Zimmermann) e *A revolução salvadorenha* (Tommie Sue-Montgomery e Christine Wade). *A revolução boliviana* constitui, pois, o oitavo volume de “Revoluções do Século XX”.

De acordo com os editores, a Coleção – destinada a estudantes do Ensino Médio, além de universitários e público em geral – objetiva abordar os precedentes, a trajetória e os desdobramentos das revoluções ocorridas no século XX, comentados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (historiadores, cientistas sociais e jornalistas) de renomada competência na área. Assim, em seu conjunto, mais do que uma coletânea de retratos esparsos de conflitos localizados, a Coleção “Revoluções do Século 20” pretende espelhar dramaticamente uma das faces da história contemporânea, especialmente da latino-americana. Em conjunto, o panorama revelado por essas obras pode contribuir para aclarar o que houve com as esquerdas em todo o mundo e por que muitos dos projetos reformistas, revolucionários e libertários não vingaram. Com isso, possibilita-se a reflexão a respeito de um século marcado por utopias, esperanças e sonhos, mas também por guerras e pelo derramamento de sangue dos que defenderam ideais distintos daqueles defendidos pela ordem vigente.

Na apresentação da coleção, Viotti da Costa afirma que, se o século XIX foi o século das revoluções liberais, o XX foi o das revoluções socialistas e que, para muitos, a era das revoluções está encerrada com o início da era dos movimentos sociais. De qualquer modo, quaisquer que sejam as formas de luta escolhidas por aqueles que não estão dispostos a aceitar o mundo tal como este se configura nos dias de hoje, é preciso conhecer as experiências revolucionárias do passado. E para entender as revoluções do século XX, ainda de acordo com a diretora da Coleção, necessário se faz colocá-las no contexto dos movimentos revolucionários que se desencadearam a partir do século XVIII. O século XIX assistiu a uma sucessão de revoluções inspiradas na luta pela independência das colônias inglesas, na América, e na Revolução Francesa. No início do século XX, contudo, o ciclo das revoluções liberais parecia definitivamente encerrado, e o processo revolucionário, já sob fortes inspirações socialista e comunista, transcendeu as fronteiras européias e americanas. São estes fenômenos históricos que servem de matéria-prima para análise em “Revoluções do Século 20”.

Everaldo de Oliveira Andrade, docente titular de História da América na Universidade de Guarulhos (UnG-SP) e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), vem se dedicando nos últimos anos a pesquisar e a divulgar a história boliviana no século XX, dentre outros assuntos. Ao longo de sua carreira, tem apresentado importantes contribuições sob a forma de livros, capítulos de livros, artigos científicos e comunicações, realizadas, sobretudo, nos encontros internacionais promovidos bianualmente pela Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (Anphlac). *A revolução boliviana* é uma das mais recentes produções do autor.

Andrade divide a obra em quatro capítulos, acrescidos de introdução e conclusão, vazados em uma linguagem que não esconde sua principal influência teórica: o marxismo. A temática é tratada em linguagem didática, apesar das inúmeras siglas que por vezes confundem e prejudicam a fluidez da leitura. O formato do livro (bolso) facilita o manuseio e revela-se prático, além de econômico. O *design* da capa traz a bandeira do país cuja história é apresentada e uma fotografia, em preto-e-branco (em alguns outros livros da Coleção, colorida), de um jovem boliviano que tem nas mãos um cartaz com os seguintes dizeres: “*¡Justicia para los obreros...*” A imagem é bastante significativa, especialmente ao levar-se em conta a intensa participação dos trabalhadores (*obrerros*) no movimento revolucionário de 1952 e nos desdobramentos que se seguiram àqueles fatos.

O primeiro capítulo de *A revolução boliviana*, intitulado “*A Guerra do Chaco e a crise da oligarquia*”, aborda o período que antecede a revolução e que é chamado por Herbert Klein de “*desintegration of the established order*” [“desintegração da ordem estabelecida”]. De acordo com Andrade, a maioria dos autores atribui a principal motivação da Guerra do Chaco (1932-1935) às disputas pelos supostos campos petrolíferos daquela região, entre a Standard Oil estadunidense e a Royal Deutch inglesa, de maneira totalmente descontextualizada da crise econômica de fundo que abalava o conjunto da economia mundial e, particularmente, a boliviana. A crise citada relacionava-se à depressão econômica que se seguiu à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e à Crise de 1929. O impacto da guerra sobre as relações sociais e políticas do país foi profundo e, apesar da desastrosa derrota militar para o Paraguai, foi uma fração do Exército quem assumiu diretamente a condução do poder político a partir de então.

As mudanças que ocorriam no interior da sociedade boliviana, após a Guerra do Chaco, davam-se principalmente entre setores urbanos do operariado e a pequena burguesia. Entretanto, a maioria da população que vi-

via no campo, até então pouco influenciada por todo esse processo, começou a ter crescente participação política e econômica. Tal fenômeno se explica em parte pela maior integração verificada entre a economia boliviana e o mercado mundial, o que conduziu a uma retomada da pressão sobre as comunidades indígenas. Assim, o período que vai de 1946 a 1952, conhecido como o “Sexênio”, deve ser inserido em um momento internacional tenso e instável, de reorganização e redefinição da arena política mundial.

No segundo capítulo, “A revolução de 1952”, o autor refere-se aos antecedentes imediatos, às forças políticas, às jornadas revolucionárias e à formação do governo, capitaneado pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), tendo à frente Víctor Paz Estenssoro, político que seria por três vezes (não-consecutivas) presidente da Bolívia. Destaque especial se faz à fundação da *Central Obrera Boliviana* (COB), como resultado da participação dos operários durante as jornadas revolucionárias, a qual se tornou um pólo aglutinador do movimento das massas de 10 e 11 de abril. Ao longo de 1952, a rebelião camponesa adquiriu crescente intensidade e, embora o movimento revolucionário tenha se concentrado nas zonas urbanas do país, é inegável a relação que possuía com um processo mais profundo de desestruturação do Estado oligárquico boliviano, que tinha na economia rural um de seus principais sustentáculos de poder.

As jornadas revolucionárias mostraram um caráter bastante peculiar, por terem sido fruto de iniciativas populares, sem obedecer a uma direção partidária centralizada. Assim, uma conjunção de fatores históricos e políticos deu aos primeiros meses de 1952, imediatamente anteriores à revolução, um conteúdo explosivo. A noite de 9 de abril, conhecida como “Noite Triste”, marcou o momento em que o golpe militar, preconizado por dirigentes do MNR, transformou-se em revolução e em que o comando dos acontecimentos trocou de mãos. Entretanto, um dos grandes paradoxos da revolução foi o fato de que a consciência coletiva revolucionária da classe operária não se cristalizou de modo coeso e pleno por meio de uma sólida representação político-partidária, mas se dissolveu em um amplo movimento de massas, limitado com o tempo pelo próprio MNR.

“A consolidação da revolução”, terceiro capítulo da obra, revela que a revolução desencadeada pela insurreição de massas, em abril, implicou o abandono das perspectivas radicais iniciais, baseadas no impulso do movimento operário. Tais perspectivas não puderam se consolidar como projeto hegemônico em razão da crise da principal vanguarda política da revolução, o POR (*Partido Obrero Revolucionario*) trotskista, e também das pressões internacionais estadunidenses a que o movimento foi submetido. Com

uma economia extremamente dependente dos EUA, a Bolívia viu sua revolução ser progressivamente apropriada por uma nova burguesia que se beneficiava da crise econômica desencadeada a partir de 1952 e que se tornaria parasitária em torno do aparelho de Estado.

Medidas superficiais para acalmar os ânimos mais radicais foram tomadas pelo governo, ligadas à nacionalização das minas e à reforma agrária. Tais medidas, porém, ameaçavam a própria estabilidade do governo do MNR, composto majoritariamente por pequenos e médios proprietários conservadores, e esbarravam nas disposições reformistas dos novos dirigentes. Apesar do surgimento de inúmeras organizações sindicais de trabalhadores, rurais e urbanos, o governo realizou manobras políticas de cooptação para garantir os limites impostos ao processo revolucionário. Nesse sentido, a reforma agrária boliviana, do ponto de vista das práticas democráticas, pode ser considerada um processo regressivo e não positivo. Houve, no campo, a substituição da antiga estrutura paternalista, alicerçada no trabalho servil, por uma nova e sofisticada estrutura clientelista, atrelada ao MNR.

O quarto capítulo, intitulado “A comuna de La Paz e a herança de 1952”, inicia-se afirmando que o período de governos do MNR, alçados ao poder com a revolução de 1952, terminou com o golpe de Estado de 1964, liderado por militares que permaneceram à frente do governo até 1982. Paralelamente às ações contra os trabalhadores, desenvolveu-se ampla abertura da economia nacional aos capitais estrangeiros e novas concessões de exploração de jazidas minerais foram transferidas às multinacionais. E apesar das tentativas de rearticulação dos movimentos sociais e das jornadas de outubro de 1970, em grande medida prolongamentos da Revolução de 1952, houve um recrudescimento da violência com a chegada ao poder de Hugo Banzer (1971-1978), que pôs fim à comuna de La Paz, representando uma inflexão política geral na região, que se refletiria depois no Chile, Peru e Argentina.

Contudo, a herança revolucionária de 1952, com sua continuidade em 1971, não pôde ser destruída pelo novo período militar inaugurado pela ditadura Banzer, prosseguindo como referência histórica e prática nas décadas seguintes. A revolução havia revelado, na Bolívia, o primeiro grande momento de participação dos operários como vanguarda dos processos revolucionários na América Latina. Dessa forma, o contexto histórico latino-americano, na década de 1970, opôs uma tendência revolucionária (expressa na situação boliviana, na ascensão de Salvador Allende, no Chile, e no processo do militarismo nacionalista peruano, dentre outros) às ditadu-

ras militares. No contexto da repressão desencadeada pelo governo Banzer contra as organizações operárias e populares, novos movimentos, desta vez inspirados no indigenismo, entrariam em cena na vida política dos bolivianos.

Além de bem escrita, *A revolução boliviana* apresenta mapas, lista de abreviaturas, cronologia e uma extensa bibliografia que inclui livros, periódicos, documentários e filmes. Todo esse conjunto de informações auxilia o leitor interessado em conhecer melhor a história recente da Bolívia, história que ainda é mal conhecida e divulgada, mesmo no Brasil, que faz fronteira com aquele país. De acordo com o próprio autor, o fato de as perspectivas socialistas da Revolução Boliviana não terem se realizado – e em momento tão próximo da Revolução Cubana, de 1959 – talvez a tenha relegado a um lugar pouco destacado, tanto pelos historiadores quanto por aqueles que buscam no socialismo uma perspectiva para o futuro da humanidade.

Contrariando tendências verificadas entre outros especialistas da temática, o autor rejeita explicações de cunho étnico, ao ponderar que o indigenismo político, embora tenha partido de uma questão real (a opressão sobre as etnias andinas), na maior parte das vezes serviu apenas para obscurecer a luta de classes e dificultar a ação independente e unificada dos setores operários e populares em torno de reivindicações econômicas e políticas comuns. Nesse aspecto, as peculiaridades da Revolução Boliviana, ocorrida em 1952, são marcantes e refletem as características específicas – étnicas, econômicas e políticas – que distinguiram a dinâmica histórica do país desde os tempos da colonização ibérica. Dessa forma, seria simplista inserir despreocupadamente “as jornadas revolucionárias de abril de 1952” na mesma tipologia de conflitos e movimentos sociais que agitaram países vizinhos durante o mesmo período.

O último capítulo – bem como a conclusão – é dedicado a uma breve análise dos desdobramentos da Revolução de 1952, reportando-se ao período compreendido entre 1964 (quando a Bolívia, assim como o Brasil, mergulhou em uma fase de repressão e violência com o regime militar) e 2005, com a vitória eleitoral de Evo Morales. Sobre a revolução boliviana, até então, dispunha-se em português de poucos textos, cabendo destaque a um pára-didático do historiador chileno, radicado no Brasil, Héctor H. Bruit, de 1988. Assim, a compreensão das particularidades da insurreição de massas de 1952 na Bolívia, propiciada por esta obra de Everaldo de Oliveira Andrade, não apenas favorece a compreensão de importantes facetas da história da América do Sul, mas também fornece elementos cruciais para explicar a prolongada tensão que se arrasta até os dias de

hoje nessa porção do continente. Tal tensão reflete-se no crítico panorama político e social enfrentado pelo atual governo Morales, em um país rico em recursos naturais, mas considerado um dos mais pobres das Américas e do Ocidente.